

ANAIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO

CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS

TERCEIRA SESSÃO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA

DE 4 DE JUNHO A 3 DE JULHO DE 1888

VOLUME II

RIO DE JANEIRO

IMPrensa NACIONAL

1888

ÍNDICE¹

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NESTE VOLUME

CORRESPONDÊNCIA

Do **Ministério do Império**.- De 2 do corrente, declarando, em resposta ao ofício n. 67, de 30 do mês findo, haver comunicado ao presidente da província da Bahia a decisão desta Câmara sobre a eleição ultimamente feita no 14º distrito da mesma província. P. 1

Do **Ministério da Fazenda**.- De 1 do corrente, remetendo o requerimento do ajudante do porteiro e contínuos do Tesouro Nacional, pedindo equiparação de vencimentos aos dos empregados de iguais categorias da Secretaria do Império. P. 1

Do **Sr. deputado Eduardo Augusto Montandon**.- Datado de hoje, comunicando precisar ausentar-se temporariamente desta corte, pelo que pede a respectiva licença. P. 1

Do **Presidente da Câmara Municipal da cidade da Faxina**. De 28 do mês findo, enviando uma mensagem de felicitação dirigida pela mesma Câmara Municipal a esta Augusta Câmara pela promulgação da Lei de 13 de Maio deste ano que extinguiu a escravidão no Brasil. P. 1

Do **Ministério da Fazenda**. De 31. Do mês findo, transmitindo o requerimento em que os empregados da Tesouraria de Fazenda de Pernambuco pedem o aumento dos respectivos vencimentos. P. 21

Do **Ministério da Agricultura**.- De 5 do corrente, em resposta ao ofício n. 70 de 30 do mês findo, informando que o governo resolveu fazer efetiva a autorização concedida na lei de orçamento vigente, para a construção do prolongamento da estrada de ferro de Baturité. P. 71

Do **Ministério do Império**. De 6 do corrente, em resposta aos ofícios ns. 45 e 68 de 22 e 30 de Maio último, remetendo cópia do ato pelo qual o presidente da província do Paraná adiou novamente para o dia 18 do corrente mês a reunião da Assembleia Legislativa Provincial; bem assim cópia do telegrama dirigido a este Ministério, em 10 do mês próximo passado, dando conta dos motivos daquele ato. P. 71

Do **Sr. 1º secretário do Senado**.- De 5 do corrente, participando constar ao Senado haver sido sancionada a resolução da Assembleia Geral que manda contar antiguidade de posto desde a data das respectivas comissões aos oficiais do exército promovidos em comissões por atos de bravura. P. 72

Do **Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães**.- De 1 do corrente, comunicando haver assumido naquela data, na qualidade de 1º vice-presidente, a administração da província de Minas-Gerais, que lhe foi transmitida pelo respectivo presidente, o Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, que pediu e obteve licença para retirar-se da capital. P. 107

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais

Do **Ministério da Guerra.**- De 5 do corrente, enviando o requerimento informado em que o alferes reformado do exército Jeronymo Nunes Monteiro de Mendonça pede que a sua reforma seja considerada no posto de capitão, com o respectivo, soldo, a que se julga com direito. P. 107

Do **Ministério do Império.**- De 7 do corrente, comunicando em resposta ao ofício n. 76 de 5 deste mês, que Sua Alteza a Princesa Imperial Regente ficou inteirada das pessoas que compõe a mesa da mesma Câmara no segundo mês da atual sessão. P. 107

Do **Sr. Ministro da Marinha.**- De 8 do corrente, pedindo designação de dia e hora para apresentação de uma proposta do governo. P. 123

Do **Ministério da Fazenda.**- De 8 do corrente, transmitindo cópia da exposição e dos pareceres relativos ao crédito suplementar da quantia de 206:552\$213 para pagamento das despesas imprevistas determinadas pelas medidas preventivas da invasão do cólera-morbo no Império. P. 123

Do **Sr. deputado Theophilo Fernandes dos Santos.**- De 5 do corrente, comunicando que, por incômodo de saúde e por conselho medico, é forçado a ausentar-se temporariamente desta corte, e pedindo uma licença de 30 dias. P. 125

Do **presidente da província de Sergipe.**- De 2 do corrente, enviando a Fala com que abriu a 1ª sessão da respectiva Assembleia Provincial da 28 legislatura, no dia 3 de Abril último. P. 125

Do **presidente da província das Alagoas.**- De 28 de Maio último, remetendo um exemplar da exposição com que o Dr. Antonio Caio da Silva Prado passou a administração da mesma providencia a 16 de Abril do corrente ano. P. 125

Do **Ministério do Império.**- De 11 do corrente, transmitindo documentos relativos aos atos pelos quais a presidência da província de Mato Grosso resolveu suspender primeira e segunda vez a publicação da Resolução n. 756 da Assembleia Legislativa Provincial, que fixou a receita e a despesa das Câmaras Municipais, por conter os §52 da receita matéria inconstitucional, ainda depois da modificação que sofreu na mesma Assembleia. P. 173

Do **Ministério da Justiça.**- Da mesma data, enviando em resposta ao ofício n. 58 de 26 de Maio findo, cópia do inquérito a que se procedeu na Casa de Detenção desta Corte, acerca da construção no mesmo estabelecimento das prisões denominadas “Escuras”. P. 173

Do **Senado.**- De 12 do corrente remetendo a proposição que declara livre no Império a todas as religiões o exercício público de seu culto, sem outro limite além da repressão legal a que ficam sujeitos os que, no uso dessa liberdade, cometerem algum delito. P. 173

Do **Senado.**- Da mesma data, comunicando que foi por aquela Câmara adoptada e vai ser dirigida à sanção imperial, a resolução que concede meio-soldo a D. Ambrosina Rosa de Jesus, mãe do alferes reformado do exército João Soares Baptista Machado. P. 173

Do **Ministério da Marinha.**- De 9 do corrente, em resposta ao ofício n. 56 de 26 do mês findo, transmitindo cópia da informação prestada pela Contadoria da Marinha sobre o requerimento que devolve, no qual os operários de construção naval do Arsenal de Marinha do Pará pedem ser equiparados em vencimentos aos das oficinas de máquina e ferreiros. P. 206

Do **Ministério da Fazenda.**- Da 12 do corrente, em resposta ao ofício n. 55, de 26 do mês findo, devolvendo informado o requerimento em que a Associação de S. Vicente de Paulo, instituída nesta cidade, pede isenção de direitos de importação para o material destinado ao templo que está construindo na praia de Botafogo. P. 206

Do **mesmo Ministério.**- Da mesma data, em resposta ao ofício n. 57 do mês findo, remetendo informado o requerimento em que D. Antonia Emilia da Silva Manta pede dispensa do lapso de tempo para receber o montepio constituído por seu marido, o falecido 1º tenente da armada Fernando José da Silva Manta. P. 206

Do **Ministério da Fazenda.**- de 15 do corrente, em resposta ao ofício de 7 do corrente, devolvendo informado o requerimento em que o conselheiro oficial-maior da secretaria de estado dos negócios da fazenda José Severiano da Rocha pede sua aposentadoria com todos os seus vencimentos. P. 261

Do **Ministério do Império.**- Datado de hoje, comunicando que Sua Alteza a Princesa Imperial Regente receberá no dia 18 do corrente mês, à 1 hora da tarde, no Paço da Cidade, a deputação que tem de apresentar à mesma Sereníssima Senhora a resposta à Fala do Trono. P. 261

Do **Ministério da Guerra.**- De 13 do corrente, transmitindo o requerimento em que os empregados do arsenal de guerra da província da Bahia pedem aumento de vencimentos. P. 261

Do **Sr. deputado João Ferreira de Araujo Pinho.**- Datado de hoje, comunicando que deixa de comparecer à sessão por haver falecido o seu próximo parente o Sr. Conde de Subaé. P. 261

Do **Ministério do Império.**- De 18 do corrente, em resposta ao ofício n. 79 de 6 do corrente, transmitindo cópia do da Inspetoria Geral de Higiene, relativo ao requerimento do Dr. Felicissimo Rodrigues Fernandes que pede um ano de licença com vencimentos. P. 275

Do **Ministério da Marinha.**- De 15 do corrente, em resposta ao ofício n. 80, devolvendo informado o requerimento em que os operários do Arsenal de Marinha da Província da Bahia solicitam aumento de vencimentos. P. 275

Do **mesmo Ministério.**- Da mesma data, remetendo devidamente informado o requerimento em que os operários das oficinas de construção naval do Arsenal de Marinha da província de Mato Grosso pedem que seus vencimentos sejam equiparados aos que percebem os das oficinas de máquinas do mesmo estabelecimento. P. 275

Do **Ministério da Guerra.**- De 18 do corrente, em resposta ao ofício n. 94 de 8 deste mês, remetendo cópia do relatório do estado da fortaleza do Cabedelo, na província da Paraíba. P. 326

Do **Senado.**- De 21 do corrente, comunicando haver constado àquela Câmara ter sido sancionada a resolução da Assembleia Geral que concede meio-soldo a D. Ambrosina Rosa de Jesus, mãe do alferes reformado do exército João Soares Baptista Machado. P. 343

Do **Ministério da Justiça.**- Da mesma data, remetendo para serem distribuídos 125 exemplares do relatório apresentado pelo mesmo Ministério, na presente sessão. P. 343

Do **Ministério da Fazenda.**- De 22 do corrente, pedindo a designação de dia e hora para apresentar uma proposta sobre assunto da repartição a seu cargo. P. 368

Do **Senado.**- De 22 do corrente, comunicando que por aquela Câmara foi adoptada e vai ser dirigida à sanção imperial a resolução que regula a contagem da antiguidade do tenente do 3º regimento de cavalaria ligeira Antonio Facundo de Castro Menezes. P. 369

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.**- Da mesma data, transmitindo o requerimento e mais papeis em que Manoel Gomes de Oliveira pediu diversos favores para levar a efeito um projeto com referência ao desenvolvimento da riqueza agrícola e industrial no país, criando para isso 20 burgos em várias províncias do Império. P. 369

Do **Sr. deputado João Ferreira de Araujo Pinho.**- Datado de hoje, comunicando que deixa de comparecer à sessão por haver falecido o seu próximo parente o Sr. Conde de Subaé. P. 261

Do **Ministério do Império.**- De 18 do corrente, em resposta ao ofício n. 79 de 6 do corrente, transmitindo cópia do da Inspetoria Geral de Higiene, relativo ao requerimento do Dr. Felicissimo Rodrigues Fernandes que pede um ano de licença com vencimentos. P. 275

Do **Ministério da Marinha.**- De 15 do corrente, em resposta ao ofício n. 80, devolvendo informado o requerimento em que os operários do Arsenal de Marinha da província da Bahia solicitam aumento de vencimentos. P. 275

Do **mesmo Ministério.**- Da mesma data, remetendo devidamente informado o requerimento em que os operários das oficinas de construção naval do Arsenal de Marinha da província de Mato Grosso pedem que seus vencimentos sejam equiparados aos que percebem os das oficinas de máquinas do mesmo estabelecimento. P. 275

Do **Ministério da Guerra.**- De 18 do corrente, em resposta ao ofício n. 94 de 8 deste mês, remetendo cópia do relatório do estado da fortaleza do Cabedelo, na província da Paraíba. P. 326

Do **Senado.** De 21 do corrente, comunicando haver constado àquela Câmara ter sido sancionada a resolução da Assembleia Geral que concede meio-soldo a D. Ambrosina Rosa de Jesus, mãe do alferes reformado do exército João Soares Baptista Machado. P. 343

Do **Ministério da Justiça.** Da mesma data, remetendo para serem distribuídos 125 exemplares do relatório apresentado pelo mesmo Ministério, na presente sessão. P. 343

Do **Ministério da Fazenda.**- De 22 do corrente, pedindo a designação de dia e hora para apresentar uma proposta sobre assunto da repartição a seu cargo. P. 368

Do **Senado.**- De 22 do corrente, comunicando que por aquela Câmara foi adotada e vai ser dirigida à sanção imperial a resolução que regula a contagem da antiguidade do tenente do 3º regimento de cavalaria ligeira Antonio Facundo de Castro Menezes. P. 369

Do **Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas.**- Da mesma data, transmitindo o requerimento e mais papeis em que Manoel Gomes de Oliveira pediu diversos favores para levar a efeito um projeto com referência ao desenvolvimento da riqueza agrícola e industrial no país, criando para isso 20 burgos em várias províncias do Império. P. 369

Do **Ministério de Estrangeiros.**- De 23 do corrente, acusando o recebimento do ofício de 19, também deste mês, com que foi remetida cópia da moção aprovada por esta Câmara, em sessão do dia anterior, e relativa ao falecimento do Imperador da Alemanha Frederico III. P. 369

Do **Ministério do Império.**- Da mesma data em resposta ao ofício de 7 deste mês, remetendo cópia da informação prestada pelo diretor da Escola Politécnica sobre o requerimento em que Domingos da Costa Ferreira, conservador do gabinete de botânica da mesma Escola, pede ser aposentado. P. 369

Do **Sr. deputado José Marcellino de Souza.**- Datado de hoje, comunicando precisar, por motivo de moléstia, retirar-se da Corte por 40 dias, para o que solicita a respectiva licença. P. 388

Do **Ministério do Império.** De 23 do corrente, em resposta ao ofício n. 252 de 29 de Agosto do ano passado, enviando cópia do parecer da Inspetoria Geral de Higiene Pública sobre o requerimento dos membros da extinta Junta Central de higiene pública, que representam contra a falsificação e fraude de bebidas alcoólicas. P. 388

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.**- Da mesma data, em resposta ao ofício n. 263 de 3 de Setembro do ano passado, remetendo os autos relativos à ação promovida pela Fazenda Nacional contra José Teixeira Pinto para desapropriação das terras que lhe pertencem sitas na serra do Comércio, município de Iguassú. P. 388

Do **Dr. F. A. Dutra Rodrigues.**- De 19 do corrente, enviando dois exemplares do relatório com que a S. Ex. passou a administração da província de São Paulo o Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, em 27 de Abril último. P. 428

Do **Ministério da Justiça.**- De 21 do corrente, transmitindo o requerimento documentado e informado em que o desembargador da Relação de Goiás Joaquim Barbosa Lima pede um ano de licença com ordenado, para tratar de sua saúde. P. 428

Do **mesmo Ministério.**- De 23 do corrente, em resposta ao ofício n. 99, de 13 do corrente mês, comunicando que aguarda, afim de serem oportunamente enviadas a esta Câmara, as informações da presidência do Rio de Janeiro, sobre o fato de ter-se recusado um fazendeiro do termo do Carmo a deixar sair do seu estabelecimento a família de um ex-escravo e de obstar a retirada de outros. P. 428

Do **Sr. 1º secretário do Senado.** De 28 do corrente, remetendo com uma emenda a proposição que autoriza o governo a elevar a aposentadoria de Avelino Severo de Carvalho e Gama, tenente honorário do exército. P. 445

Do **Ministério da Fazenda.**- De 26 do corrente, transmitindo o requerimento informado em que os guardas da Alfandega da província de Pernambuco pedem aumento dos respectivos vencimentos. P. 445

Do **mesmo Ministério.** De 27 de Junho findo, em resposta ao de n. 109 de 15 do mesmo mês, devolvendo informado o requerimento em que a Mesa Administrativa do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, na província da Bahia, pede isenção de direitos para os materiais necessários à conclusão do respectivo templo e para as alfaías destinadas ao culto divino. P. 446

Do **deputado Sr. Barão de Araçagi**- De 30 do mês findo, pedindo licença por 30 dias para ausentar-se desta Corte. P. 446

Do **Sr. Conselheiro Antonio Prado**.- De 30 Junho findo, comunicando haver sido, por decreto de 27 daquele mês, nomeado para o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. P. 466

REQUERIMENTOS APRESENTADOS POR DEPUTADOS E SOBRE OS QUAIS NÃO HOUVE RESOLUÇÃO DA MESA

Do **Sr. Custodio Martins**.- Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, preste informações o governo:

1º Em que data foram abertas as propostas para a construção do cais de Santos:

2º Se as propostas estão de acordo com as bases do edital chamando a concorrência, e, no caso afirmativo, qual a razão de não ter sido até hoje escolhida a proposta mais vantajosa. P. 2
Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, o governo informe:

1º Se tem conhecimento da diligência feita na paróquia de Abre Campo, pelo delegado de polícia de Ponte Nova, em Minas Gerais, que a requerimento de Clementino José da Silva se dirigiu à referida localidade acompanhado da força pública e do requerente, hospedando-se em casa deste, quando é público e notório que, contra a mulher do mesmo, há ordem de prisão por estar pronunciada no art. 192 do código criminal;

2º No caso afirmativo, aprova o governo o procedimento deste delegado de polícia que, com desrespeito à lei e à autoridade, protege abertamente a indivíduos pronunciados em crime de morte e contra os quais há ordem de prisão? P. 2

Dos **Srs. Custodio Martins e Affonso Penna**.- Requeremos que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento das ilegalidades e atos de verdadeiro vandalismo praticados pelo subdelegado da paróquia de Paulo Moreira, província de Minas Gerais; e no caso afirmativo que providencia tomou o governo para garantir a propriedade e a vida dos habitantes daquela localidade ameaçadas pela referida autoridade policial. P. 2

Do **Sr. Affonso Celso Junior**.- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo qual o motivo por que não tem sido preenchido o cargo de juiz municipal dos termos reunidos das vilas de Jaú e Dois Córregos, província de São Paulo, cargo vago desde o dia 9 de Fevereiro do corrente ano, em que findou o quadriênio do Dr. Alvaro Carlos de Arruda Botelho que pediu recondução, firmando-se nos mais lisonjeiros e insuspeitos atestados. P. 2

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se requisitem do governo os seguintes documentos:

Cópia das atas do 1º e 2º escrutínios da eleição de vereadores do presente quadriênio, a que se procedeu na Vila de Sant'Anna do Paranaíba, província de Mato Grosso:

Cópia da ata da eleição feita na indicada localidade a 15 de Julho do ano passado:

Cópia do ofício a que se refere o aviso do Ministério do Império, de 24 de Março último, com relação àquelas eleições. P. 2

Requeiro que, pelo Ministério do Império, preste informações o governo sobre o seguinte:

Quanto se despendeu com a mudança do Internato D. Pedro II do prédio em que se achava para o que ocupa atualmente;

Quanto se gastava com o mesmo Internato antes da mudança e quanto se gasta agora, - discriminando as verbas das respectivas despesas. P. 2

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste informações o governo sobre os seguintes fatos:

Tem conhecimento de que o bacharel Victorino Antonio do Sacramento juiz municipal da cidade do Rio Pardo, província de Minas Gerais, excluiu arbitrariamente, para fins políticos, quando juiz de direito interino da comarca do mesmo nome, da revisão de jurados de 1887 65 cidadãos perfeitamente idôneos, incluídos na revisão anterior e sem alegar o menor motivo dessa exclusão?

Tem conhecimento de que o mesmo bacharel, nas justificações promovidas por motivo de extravio de títulos eleitorais, mandava cobrar diferentemente as custas, conforme se tratava de um liberal ou de um conservador? P. 2

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste informações o governo sobre as tropelias praticadas na cidade de Grão Mogol, província de Minas Gerais, pelo delegado militar alferes Rufiniano Moura Amorim, o qual, sem nenhum dos predicados indispensáveis para o desempenho do seu cargo, serve ali apenas de vexame à população. P. 2

Do **Sr. Zama.**- Requeiro que a comissão de polícia nos informe em que artigo de lei se firma o Sr. 1º secretario para mandar descontar o subsidio dos deputados.

Requeiro igualmente que a mesa proponha à Câmara medidas que regulam semelhante assunto. P. 5

Do **Sr. Affonso Celso Junior.**- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste informações o governo, acerca dos distúrbios ocorridos na cidade da Campanha, província de Minas Gerais, onde consta que uma autoridade policial capitaneou os desordeiros, declarando quais as providências tomadas para garantir ali a tranquillidade pública. P. 22

Do **Sr. Custodio Martins.**- Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo se há algum motivo de ordem pública que justifique o não cumprimento da lei que manda prover de vigários vitalícios as paróquias atualmente vagas do município da Corte. P. 22

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, se peça ao governo os originaes de todo o processo de alistamento eleitoral do município de Manhuaçu, província de Minas Gerais, feito em Setembro último e julgado nulo em grau de recurso pela Relação do distrito. P. 22

Do **Sr. Affonso Celso Junior.** Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, se requisitem do governo as seguintes informações;

1º Quantas pessoas estranhas à repartição do correio foram contempladas nas nomeações para ali feitas ultimamente?

2º Porque não foram promovidos empregados de merecimento, algum dos quais com cerca de 30 anos de serviço?

3º Quais e quantos os empregados preteridos, com especificação do respectivo tempo de serviço? P. 23

Do **Sr. Pedro Beltrão.**- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se solicitem informações sobre o assassinato do infeliz Biuga, perpetrado no povoado de Paratibe por Manoel Gouveia e Manoel Accioly, filho do subdelegado que interveio diretamente para abafar o crime. P. 51

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se solicitem do presidente da província de Pernambuco informações sobre as providências adotadas para restabelecer a ordem em Jacurutu e impedir que se renovem as violências e assalto da casa do capitão João Clementino por José Marques e seus apaniguados protegidos pelo subdelegado de polícia. P. 51

Do **Sr. Affonso Penna.**- Requeiro se requirite do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

Tem havido atraso no pagamento do pessoal do Jardim do Campo da Aclamação?

No caso afirmativo, qual a razão desse fato? P. 51

Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

Que providências tem tomado o governo para satisfazer as queixas e reclamações dos contribuintes contra a qualidade do gás fornecido ao consumo pela companhia concessionária desse serviço, na cidade do Rio de Janeiro? P. 51

Do Sr. Carneiro da Cunha.- Requeiro que o governo, por intermédio do Ministério da Guerra, informe sobre o estado da fortaleza do Cabedelo, na província da Paraíba: qual o orçamento da despesa com os reparos indispensáveis, e quanto se tem dispendido a este respeito. P. 51

Requeiro que o governo, por intermédio do Ministério da Guerra, informe sobre o estado do quartel da companhia de infantaria na província da Paraíba; qual o orçamento da despesa com a conclusão das obras, e o quanto se tem dispendido a este respeito. P. 51

Do Sr. Affonso Celso Junior.- Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo qual o motivo por que até agora não foi inaugurado o ramal de Ouro Preto. P. 72

Do Sr. Affonso Penna.- Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cópia de quaisquer requerimentos e informações sobre concessões de datas minerais nos municípios de Santa Barbara e Itabira de Mato Dentro, em Minas Gerais, entrados na Secretaria da Agricultura de 1º de Julho de 1856 até 31 de Maio findo. P. 72

Do Sr. Carneiro da Cunha.- Requeiro que o governo, por intermédio do Ministério da Guerra, remeta cópia dos relatórios e orçamentos de despesa com os reparos e concertos indispensáveis da Fortaleza do Cabedelo, na província da Paraíba. P. 72

Do Sr. Custodio Martins.- Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se é exato que pediu demissão do cargo de diretor geral dos correios o Dr. Luiz Betim Paes Leme: e, no caso afirmativo, foi motivado este pedido por divergências entre o ministro e o referido funcionário? P. 72

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, governo informe quantos lotes de terras têm sido até esta data descriminados pela comissão de terras do município de Manhauçu. P. 72

Do Sr. Pedro Beltrão.- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe a presidência de Pernambuco quais as providências adotadas para restabelecer o regime legal em Catonde, onde os criminosos, que convivem com a polícia local, cometem toda a sorte de atentados contra os homens pacíficos, e especialmente para fazer punir o crime ultimamente perpetrado pelo celerado Clementino, que esfaqueou em pleno dia e feira a um pobre homem - já a esta hora certamente morto - e retirou-se de faca ensanguentada em punho sob a proteção do subdelegado de polícia. P. 72

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se solicitem do presidente de Pernambuco informações sobre as violências e tropelias praticadas contra Manoel da Cunha Lins e outros cidadãos pelo delegado de polícia de S. Lourenço da Mata, que se tem tornado o terror da população pacífica daquela localidade. P. 72

Do Sr. Affonso Celso Junior.- Requeiro que pelo Ministério da Agricultura informe o governo o seguinte:

1º Em que disposição de lei se baseou para criar o cargo de advogado consultor da repartição do Correio?

2º Em quantas causas tem sido parte a referida repartição de modo a justificar a criação daquele cargo?

3º Que vencimentos percebe o novo funcionário?

4º Porque motivo não foram criados também os lugares de médico, de engenheiros e outros de igual natureza na mesma repartição? P. 74

Do **Sr. Rodrigues Peixoto**.- Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministro do Império, se está resolvido a manter a doutrina do aviso de 23 de Fevereiro do corrente ano, contra a disposição expressa do decreto de 19 de Abril de 1879, mandando suspender os exames extraordinários na Faculdade do Recife, quando não teve o mesmo procedimento em relação ás outras academias do Império. P. 74

Do **Sr. Matta Machado**.- Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministro da Agricultura, qual tem sido a média das despesas efetuadas com a colocação de cada família de imigrantes nas colônias do Estado, incluindo o valor das terras, sua medição, construção de casas, administração da colônia, passagem dos Imigrantes, comissões, etc. P. 76

Do **Sr. Affonso Penna**.- Requeiro se requirite do governo, pelo Ministério do Império, a seguinte informação:

Por que verba tem sido pago o engenheiro auxiliar da Inspetoria Geral de Higiene, cargo este para que não foram votados fundos na tabela que acompanha o orçamento do Ministério do Império para o exercício de 1888? P. 107

Do **Sr. Mariano da Silva**.- Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, sejam prestadas as seguintes informações:

1º Por que se permite que o capitão Antonio de Almeida Braga, pronunciado como incurso nas penas do art. 175 do Código Criminal, por crime de moeda falsa, em data de 29 de Dezembro de 1886, continue a residir no engenho Tamoatá, do termo de Atalaia, na província das Alagoas?

2º Quais as diligencias recomendadas pelo governo para sua captura, e a razão por que não foi preso até esta data, já tendo sido julgados e sentenciados quatro corrêus, que estão cumprindo a sentença em Fernando de Noronha? P. 107

Do **Sr. Matta Machado**.- Requeiro que o governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, informe qual a média das despesas efetuadas com a instalação nas colônias nacionais de cada uma família de imigrantes ou de cada indivíduo, incluindo no cálculo o valor das terras, e os gastos realizados na construção de edifícios nas colônias, casas para os imigrantes, fornecimento de instrumentos de lavoura e sementes, medição e divisão de lotes, passagens marítimas e terrestres, comissões todas as mais despesas que reclamam a instalação e custeio das colônias do Estado. P. 108

Do **Sr. Bulhões Carvalho**.- Requeiro que o governo, por intermédio do Ministério da Agricultura informe se está em contrato para a construção das estradas estratégicas do Rio Grande do Sul e prolongamento da estrada da Bahia ao S. Francisco, servindo-se da autorização da lei n. 3352 de 19 de Novembro de 1887, apesar de não estar o crédito incluindo na lei de orçamento vigente. P. 110

Do **Sr. Affonso Celso**.- Requeiro, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo que providências tem tomado para catequizar e aldeia os índios botocudos do Sul da Bahia, comarca de Alcobaça, e de Minas, até Aimorés, e que despacho foi dado a uma proposta

apresentada ao referido ministério em 1886 para levar a efeito tal catequese, sem ônus algum para o Estado. P. 125

Requeiro que se requisite do Ministério da Marinha cópia da lista apresentada pelo Conselho Naval relativamente à ultima promoção.- promoção em a qual foram injustificavelmente preteridos 28 segundos tenentes da armada. P. 126

Requeiro que, pelo Ministério da Marinha, preste informações o governo sobre o modo com que são tratados os imperiais marinheiros aquartelados no Arsenal da Marinha do Ladario, onde consta que são empregados nos mais vis misteres, descontando-se lhes ilegalmente o soldo e sujeitando-os em tudo ao mais abusivo regime. P. 126

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste informações o governo acerca dos distúrbios ocorridos na freguesia do Porto de Santo Antonio, província de Minas Gerais, entre os respectivos moradores e alguns italianos que ainda ameaçam perturbar ali a tranquilidade pública. P. 126

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de que o criminoso Manoel Tavares de Sá Néco, pronunciado em vários processos de roubo a homicídio e recolhido à cadeia de Diamantina, província de Minas Gerais, passeia livremente pelas ruas desta cidade, frequenta reuniões, vivendo em perfeita liberdade, com autorização do delegado de polícia, que o recebe em sua casa. P. 126

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de que no termo da vila do Carmo, município de Cantagalo, recusou-se um fazendeiro deixar sair do seu estabelecimento a família de um seu ex-escravo e obistou a retirada de outros, e, no caso afirmativo, que providências foram tomadas para obviar a esse abuso. P. 126

Do **Sr. Pedro Beltrão**.- Requeiro que, pelo Ministério da Guerra, informe o governo se vai fazer efetiva a resolução tomada no tempo do ministério de 20 de Agosto, de mandar desarmar as fortalezas do porto da Bahia. P. 126

Do **Sr. Rodrigues Peixoto**.- Requeiro que o governo informe, por intermédio do nobre Ministro da Justiça, se se acha aberto o recrutamento na província do Rio de Janeiro, e se tem conhecimento da prisão ilegal de Ribeiro da Silva Gomes, efetuada em Campos pelo delegado de polícia e seu alistamento no exército contra a sua vontade. P. 126

Do **Sr. Pedro Beltrão**.- Requeiro pelo Ministério da Justiça informações sobre as providências adotadas pelo presidente de Pernambuco, para garantir os habitantes de Garanhuns contra os desatinos da polícia local, que ainda há pouco espancou barbaramente dois italianos, e, no dia 24 de Maio ao português de nome Luiz, que ficou gravemente ferido. P. 210

Do **Sr. Affonso Celso Junior**.- Requeiro que pelo Ministério do Império informe o governo qual o motivo que o inibe de nomear presidente para a província de Minas Gerais, permitindo em tão importante cargo uma interinidade, por todos os títulos inconveniente. P. 210

Do **Sr. Paula Primo**.- Requeiro que pelo Ministério da Justiça se solicite do governo cópia das informações prestadas pelo presidente da Paraíba com audiência do digno juiz municipal de Bananeiras, Dr. Trajano Americo de Caldas Brandão em cumprimento de aviso de 4 de Abril último, e também cópia da representação que deu lugar a expedição do aviso. P. 213

Do **Sr. Affonso Celso**.- Requeiro que, pelos Ministérios da Agricultura e do Império, informe o governo o seguinte:

Em face da lei de 9 de Janeiro de 1881 pôde o agente official de imigração acumular esse cargo, em virtude do qual auferie ordenados dos cofres provinciais, e dos gerais, com o exercício dos de vereador e vice-presidente da Câmara Municipal daquela cidade?

Por que motivo não dá solução a presidência da mencionada província a um requerimento que sobre o assunto lhe foi há não pouco tempo dirigido por dois vereadores da referida câmara? P. 238

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se já lhe foram entregues pelo engenheiro J. J. Révy as chaves da burra que continha a escrituração da comissão de açudes do Ceará, circunstância esta de que imprescindivelmente dependia, segundo declaração parlamentar do Sr. Ministro respectivo, a definitiva liquidação das contas da referida comissão. P. 238

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.**- Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Fazenda, se está resolvido a continuar a mandar fazer afetiva a cobrança do imposto de penas d'água contra aqueles que, *in bona fide*, compraram os prédios, à vista da declaração do Tesouro que estavam quites com a fazenda pública. P. 239

Do **Sr. Affonso Celso.**- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de alterações da ordem pública na freguesia de Cebolas, município da Paraíba do Sul, província do Rio de Janeiro; e, no caso afirmativo, que providências foram tomadas para as conter. P. 261

Do **Sr. Affonso Pena.**- Requeiro se requisitem do Governo, pelo Ministério da Guerra, as seguintes informações:

A quanto montam as despesas feitas com a compra de medicamentos para a farmácia militar de Mato Grosso nos exercícios de 1884-1885, 1885-1886 e 1886 a 31 de Dezembro de 1887?

Por que não se tem feito o fornecimento dos medicamentos a farmácia militar de Mato Grosso por intermédio do Laboratório Químico e Farmacêutico da Corte, como aconselham os bem entendidos interesses do Tesouro? P. 262

Do **Sr. Custodio Marins.**- Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se as propostas apresentadas para a construção de cais de Santos estão de acordo com a o edital e, no caso negativo, qual a razão de não se ter anulado esta concorrência e aberto nova, o que com certeza consultaria mais aos interesses da província de São Paulo. P. 262

Do **Sr. Pedro Luiz.**- Requeiro que, por intermédio do governo seja remetido à Câmara o relatório do Ministério da Justiça. P. 262

Do **Sr. Affonso Celso.**- Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo se tem conhecimento de que vários exatores da fazenda geral e provincial em Minas Gerais acham-se exercendo os seus cargos sem fiança, e, no caso no afirmativo, que providências tem tomado para obviar a esse abuso. P. 277

Requeiro que, pelo Ministério da Marinha, informe o governo qual o motivo da demora na promoção do cargo de maquinistas da armada, onde há não poucas vagas que deviam ser logo preenchidas por lei. P. 277

Do **Sr. Affonso Penna.**- Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Justiça, as seguintes informações:

Cópia de todas as comunicações oficiais enviadas pela presidência do Maranhão a respeito das desordens e crimes praticados na comarca de Grajaú, de Janeiro de 1886 até hoje.

Quais as providências que o governo tem empregado para fazer cessar o estado anômalo em que se acha a mesma comarca. P. 277

Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

Por quanto contratou o governo o aluguel do edifício onde tem de funcionar as estações do correio e do telégrafo, em São Paulo?

Já está concluindo o edifício? O preço do aluguel excede em 4:600\$ a quantia marcada nas tabelas do orçamento para o seu serviço? P. 277

Do **Sr. Affonso Celso.**- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de alterações de ordem pública na cidade de Grão Mogol, província de Minas Gerais, provocadas pelo respectivo juiz de direito interino e pelo comandante do destacamento policial, e, no caso afirmativo, que providências foram tomadas, para conter essas autoridades que apenas servem ali de vexame à pacífica população. P. 305

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.**- Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura, informe o governo se tem fundamento a notícia dada pelo *Jornal do Comércio* de hoje, de que foi concedida garantia de juros de 6% ao ano ao Engenho Central de Lorena, contra a disposição expressa do art. 18 §2º da lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, que revogou o art. 2º da lei n. 2687 de 6 de Novembro de 1875. P. 305

Do **Sr. Affonso Penna.**- Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. As seguintes informações:

1º Quanto se tem despendido pela verba de terras públicas e colonização, incluída a proveniente da terça parte dos impostos nacionais de 5% com o pagamento de despesas de imprensa, declarando-se quais os trabalhos pagos e respectivas datas, desde 1º de Janeiro de 1886 até agora.

2º Quais as despesas feitas com gratificações pagas pela mesma verba e a quem foram pagas, declarando-se os trabalhos feitos pelas pessoas que as receberam. P. 305

Do **Sr. João Penido.**- Requeiro que informe o governo, pelo Ministério da Agricultura, o motivo da exoneração do agente do correio da estação de Entre Rios, Rodrigo Pinto Navarro de Andrade, e que falta cometeu ele, quando foi sempre um empregado zeloso, inteligente e íntegro; merecendo a confiança de seus chefes. P. 305

Do **Sr. Affonso Celso.**- Requeiro que se requisitem do Sr. Presidente do Conselho de Ministros as seguintes informações:

Está o governo exercendo pressão sobre o eleitorado do 9º distrito do Rio de Janeiro para o fim de derrotar o candidato republicano Dr. Antonio Luiz dos Santos Werneck!

No caso negativo, porque motivo foram demitidos os agentes do Correio da Paraíba do Sul, Avellar e Entre Rios e o subdelegado e escrivão de Cebolas?

É exato que partiu para a Paraíba do Sul, em missão eleitoral, o major- fiscal do corpo de Polícia da Corte?

Tem conhecimento o gabinete de que em seu nome se prometem títulos, condecorações e empregos aos que votarem no candidato monarquista?

No caso afirmativo, não julga conveniente, reprimir esse abuso? P. 329

Do **Sr. Pedro Beltrão**.- Requeiro, que pelo Ministério da Justiça se solicitem do Presidente de Pernambuco informações sobre o estado anômalo a que tem arrastado a vila de S. José do Egito a polícia entregue ao sargento João Rufino. P. 329

Do **Sr. Lemos**.- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo qual o resultado do inquérito aberto pelo Dr. Chefe de polícia de Minas Gerais sobre as ocorrências ultimamente dadas na cidade, da Campanha, que motivaram a retirada do Juiz Municipal do termo, sob ameaça de violência. P. 329

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo quais os graves fatos que motivaram grande e aparatosa concentração de força militar no município do Pomba, província de Minas Gerais. P. 350

Do **Sr. Custodio Martins**.- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se a ordem pública no Município da Leopoldina, província de Minas, se acha alterada e, no caso negativo, o que justifica, em época de eleição, a presença de 25 praças de linha enviadas aquela localidade pelo Ministro. P. 350

Do **Sr. Affonso Penna**.- Requeiro que se requisitem do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

Que motivos teve o governo para suprimir a repartição do prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, reunindo-a à do tráfego, sendo a linha de grande movimento de cargas e passageiros e estando aberta ao tráfego em extensão superior a 700 quilômetros?

Que motivos teve o governo para criar uma repartição especial para o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, separando-a da do tráfego, sendo pequeno o movimento de cargas, e sendo a linha de 110 quilômetros apenas?

Como explica o governo atos tão contraditórios?

Qual a razão por que não foi ainda preenchido o lugar de diretor engenheiro chefe da estrada de ferro do Recife a São Francisco e da de Caruaru em Pernambuco. P. 350

Requeiro se requisitem do governo, pelos Ministérios da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

Tem o governo conhecimento das correrias dos índios na comarca do Rio Verde, em Goiás, atacando fazendas, cometendo furtos e ofendendo as pessoas dos fazendeiros, segundo notícia o *Publicador Goyano* de 19 de Maio?

Que providências tem sido dadas para garantir a segurança de vida e de propriedade dos fazendeiros do Rio Verde? P. 351

Do **Sr. Pedro Beltrão**.- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo sobre as providências adotadas pelo presidente de Pernambuco para conter os excessos e arbitrariedades das autoridades policiais subalternas da província em todo o interior e

especialmente nas comarcas de Garanhuns, Limoeiro, Sirinhaém Salgueiro, Floresta e Bom Jardim. P. 352

Do **Sr. Affonso Celso.**- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe e governo se tem conhecimento das tropelias e extorsões praticadas na cidade de Grão-Mogol, província de Minas Gerais, pelo comandante do destacamento policial ali existente, e, no caso afirmativo, se tomou alguma providência para garantir a ordem e a segurança pública naquela localidade. P. 369

Requeiro que, pelo Ministério da Guerra informe o governo qual o motivo que o inibe de dar cumprimento ao que dispõem a lei n. 585 de 6 de 1850, art. 13, e o decreto n. 3468 de 29 de Outubro de 1863 com referência às promoções do primeiro posto de oficial do exército, no que tem havido injustificável demora, com postergação do art. 154 do regulamento de 17 de Janeiro de 1874 e art. 38 do de 29 de Dezembro de 1887. P. 369

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo qual a razão por que não tem sido pagos os salários dos operários que trabalham no edifício do Correio desta Corte. P. 369

Do **Sr. Custodio Martins.**- Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo se é exato que com licença da Ilma. Câmara Municipal da Corte se está construindo um matadouro na freguesia de Inhaúma, para abater o gado para o abastecimento desta cidade com grande prejuízo para o matadouro público, e ao qual faltam todas as prescrições higiênicas. P. 369

Do **Sr. Bento Ramos.**- Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, se peça cópia dos processos instaurados na comarca de Bom Conselho, em Pernambuco, contra João Alves Feitosa Atalaia pelos crimes de morte e perjúrio, e contra Joaquim Antero da Silva Vieira por crime de morte. P. 370

Do **Sr. João Penido.**- Requeiro que informe o governo, pelo Ministério da Justiça, que providências tem tomado para garantir a liberdade do voto, na Paraíba do Sul, em vista das ameaças e perseguições exibidas com ostentação pelo delegado de polícia daquele termo e pelo suplente, em favor do candidato do governo. P. 372

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo da data do mês e ano em que foi posto em liberdade, no município do Pomba, em Minas Gerais, José Dias Ferreira, criminoso de morte, sem ter sido absolvido pelo júri e por ordem de quem; outrossim, porque motivo sofreu prisão por mais de um ano, na cadeia do Pomba, sem culpa formada, Antonio Joaquim da Costa. P. 372

Requeiro que informe o governo, pelo Ministério do Império, a razão da exclusão das graças da monarquia dos virtuosos bispos de Mariana, Diamantina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, quando se tem tanto barateado essa já depreciada moeda da monarquia. P. 372

Do **Sr. Custodio Martins.**- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo:

1º Se tem conhecimento das recentes perturbações da ordem pública, provocadas pelo subdelegado ultimamente nomeado, na paróquia de Paulo Moreira, província de Minas Gerais, e, no caso afirmativo, que providências tomos o governo para garantir a tranquilidade pública;

2º Se não julga conveniente o governo a nomeação de uma autoridade completamente alheia às questões locais e que por seu prestígio garanta o direito de propriedade dos habitantes daquela paróquia. P. 372

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, se peça ao governo cópia de todas as informações prestadas pelo presidente da província de Minas Gerais, que deram lugar à agregação do comandante superior da guarda nacional da comarca do Itatiaia, em Minas, ao comando superior de Rezende, na província do Rio de Janeiro. P. 372

Do Sr. Affonso Celso.- Requeiro que, pela presidência do Conselho de Ministros, preste o governo as seguintes informações:

Está decidido a fazer triunfar a todo o transe o candidato monarquista na eleição a que se tem de proceder brevemente no 9º distrito da província do Rio de Janeiro?

No caso negativo, o que justificam as numerosas e injustificáveis demissões de vários funcionários daquela circunscrição, como, além de outras já trazidas ao conhecimento da Câmara, entre as quais a do zeloso e integro agente do correio de Entre Rios, velho servidor do Estado, e as de autoridades policiais de Cebolas, as seguintes:

A do agente do correio da Paraíba do Sul, com o único fim de dar-se o lugar a um eleitor do mencionado candidato:

A do inspetor das escolas da referida cidade da Paraíba do Sul, Dr. Pereira Nunes:

A do superintendente do ensino do mesmo município, ex-deputado geral Dr. Benedicto Valladares;

A do delegado da Junta de Higiene, Dr. Henrique José de Mattos:

A do suplente do subdelegado da Encruzilhada, Mariano Silva:

A do subdelegado desta freguesia, Laurindo Quirino Rocha;

A do inspetor das escolas de Cebolas, Dr. Rodrigues Pereira:

Que razão de ordem pública determina remessa de força pública para várias estações da estrada de ferro situadas no distrito em questão?

Tem conhecimento de que ali se fazem claramente promessas e ameaças, em nome do gabinete, para conquistar a eleição. P. 388

Do Sr. Custodio Martins.- Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, o governo informe se é exato estar alcançado o coletor das rendas gerais e provinciais do município de Ponte Nova, em Minas Geras, e, no caso afirmativo, quais os meios empregados para resguardar os interesses da fazenda, visto como a fiança dada pelo referido exator, além de ser ilegal não pôde, pelo seu insignificante valor, cobrir qualquer alcance. P. 389

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se a comissão de terras no município de Manhauçu já mediu e demarcou um número de lotes de terras suficientes para o estabelecimento de um núcleo colonial, e, no caso afirmativo, o que impede o governo a atender às grandes vantagens que adviriam à lavoura com a iniciação naquela zona do serviço de colonização. P. 389

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça informe o governo:

1º Se é exata a remoção do Juiz municipal da Campanha para o termo da Cristina, em Minas Gerais, e, no caso afirmativo, não julga o governo inconveniente esta remoção, quando o removido é filho daquele termo, onde tem família poderosa que, em todos os tempos, tem perseguido os liberais?

2º Não julga o governo mais conforme a moralidade e a justiça que para o termo da Campanha seja nomeado um juiz municipal alheio às lutas partidárias? P. 389

Do **Sr. Affonso Penna.**- Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério do Império, as seguintes informações:

Qual a razão por que são conservadas abertas as covas feitas em diversas ruas da cidade, como a de Buarque de Macedo, com prejuízo da salubridade pública?

Que providências têm sido tomadas para coibir abusos praticados pela Empresa Gary, introduzindo lixo nos ralos de esgotos de águas pluviais, segundo consta do relatório do Ministério da Agricultura, à pág. 93 ? P. 389

Requeiro se requirite do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a seguinte informação:

Qual a razão por que os impressos da Repartição dos Télégraphos do Estado não são feitos na Imprensa Nacional contra o disposto no art. 19 da lei n. 2910 de 31 de Outubro de 1879? P. 389

Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério do Império, as seguintes informações:

Quais as razões por que o Imperial Observatório manda fazer impressões em tipografias particulares, em vez de o fazer na Imprensa Nacional, segundo terminante disposição do art. 19 da lei n. 2940 de 31 de Outubro do 1879? P. 389

Do **Sr. Pedro Beltrão.**- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo sobre a providência adotada para amparar o infeliz José Bahiano, vítima da arbitrariedade do subdelegado do 2º distrito do Pau de Alho, Manoel Carneiro da Rocha. P. 389

Do **Sr. Paulo Primo.**- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem ciência dos bárbaros assassinatos cometidos pelo capitão Juvencio da Costa Almeida, sobrinho e genro do major Pedro Firmino, em 1888, dos quais foram vítimas os infelizes José Caboclo e Joaquim Leite Cabelludo, no lugar Serrinha, e quais as medidas empregadas para fazer efetiva a punição de tais crimes. P. 390

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se há no termo de Piancó a força policial necessária para apoiar o digno juiz de direito contra a possível intervenção violenta do juiz municipal Daltro e deputado provincial Ayres, cujo pai e sogro Pedro Firmino da Costa, protetor e diretor de assassinos, se acha implicado com alguns de seus apaniguados em processo por crime a de morte. P. 390

Requeiro que pelo Ministério da Justiça, se solicite do governo cópia do processo instaurado no termo de Piancó contra o major Pedro Firmino da Costa, mandante do bárbaro assassinato do infeliz Marcolino Barreto, no dia 2 de Novembro de 1877. P. 391

Do **Sr. Marianno da Silva.**- Requeiro que, por intermédio do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, sejam prestadas as seguintes informações: se está revogado o art. 48 da lei n. 602 de 10 de Setembro de 1850, para serem nomeados oficiais da guarda nacional, sem proposta dos chefes dos corpos e sem observância da ordem gradual do acesso, e se podem ser nomeados dois capitães para a mesma companhia, como acaba agora de suceder na guarda nacional da comarca de Porto Calvo. P. 392

Do **Sr. Affonso Penna.**- Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

1º Quadro do pessoal empregado na Secretaria da Agricultura e no gabinete do Ministro, com discriminação das funções que exercem, declarando-se os que servem como adidos;

2º Quadro do pessoal empregado na Inspetoria de Terras Públicas e Colonização, especificando-se os que forem adidos. P. 409

Do **Sr. Custodio Martins.**- Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, se peça ao governo cópia de todas as propostas apresentadas para a construção do cais de Santos. P. 409

Do **Sr. Sebastião Mascarenhas.**- Requeiro que informe o governo, pelo Ministério da Justiça, que providências tem tomado para garantir a vida e a propriedade do cidadão Theophilo Nato de Souza Coutinho, em Pirapetinga, na província de Minas, onde um grupo de desordeiros comete, desde meados do mês passado, atos de selvageria contra o referido cidadão e sua família. P. 409

Do **Sr. Affonso Celso.**- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo qual o motivo por que foi demitido de curador geral de órfãos da comarca de São Fidelis, província do Rio de Janeiro, o cidadão Alberto Veiga, e qual a razão por que o presidente da referida província não decide o recurso interposto pelo mesmo demiti-lo sobre a sua exoneração. P. 409

Do **Sr. Bulhões Carvalho.**- Requeiro se solicitem informações do governo sobre o destino que pretende dar ao imposto adicional de 5% se as garantias de juros das letras hipotecárias emitidas pelos Bancos regionais, segundo a proposta do Sr. Presidente do Conselho; se aos asilos e estabelecimentos correcionais para a repressão da ociosidade, amparo dos inválidos da escravidão, segundo o projeto do Ministro da Justiça. P. 431

Requeiro que se solicite com urgência ao governo que informe se os únicos meios com que pretende acudir à crise da lavoura consistem

1º Na garantia de juros a letras hipotecárias, facilitando unicamente aos Bancos converter na garantia do Estado as desacreditadas garantias das suas hipotecas rurais, quase aniquiladas pela Lei de 13 de Maio:

2º Em promover a cultura do cacau nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro;

3º Em criar asilos para os inválidos e mendigos com os lucros da jogatina e com o barato das roletas que trabalham sob a proteção do governo no Campo da Aclamação. P. 431

Do **Sr. Pedro Beltrão.**- Requeiro que pelos Ministérios da Marinha e Guerra preste o governo as seguintes informações:

1º Cópia das instruções pelas quais se dever dirigir na Europa os Srs. Chefe de divisão Barão de Tefé e brigadeiro Moraes Ancora:

2º Com que vencimentos foram estes generais;

3º Se levaram ajudantes e auxiliares, quais são eles e quais os seus vencimentos. P. 431

Do **Sr. Affonso Celso.**- Requeiro que, pelo ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de desordens provocadas na cidade de Grão-Mogol, província de Minas Gerais,

pelas respectivas autoridades, e, no caso afirmativo, que providências tomou para as conter. P. 431

Do **Sr. Mac Dowel**.- Requeiro que, por intermédio do Ministério do Império, o governo informe se o presidente da província do Pará de execução ás leis provinciais, relativas à elevação ao triplo do prazo do privilegio do contrato da estrada de ferro de Alcobaça; à despesa de.... 1.500:000\$ com a introdução de imigrantes, para serem colocados à margem da referida estrada; e a subvenção de 480:000\$ em dez anos para a navegação do Baixo- Tocantins; leis essas cuja revogação já passou em primeira discussão na Assembleia Provincial. P. 431

Do **Sr. Rodrigues Junior**.- Requeiro que pelo Ministério do Império se requisitem:

As informações que tem o governo a respeito dos trabalhos das sessões preparatórias da Assembleia Legislativa da província do Ceará, ontem irregularmente iniciados com a formação de duas mesas, segundo consta de telegramas publicados na imprensa, e as providências e instruções que deu a tal respeito?

As informações que tem o mesmo governo do ex-presidente do Ceará o Sr. Eneas Torreão, e do atual presidente Sr. Caio Prado, a respeito da eleição para deputados provinciais a que se procedeu ultimamente nessa província, e a respeito da sua apuração. P. 432

De **Sr. Elpidio Mesquita**.- Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, se informe:

1º, por que motivos se tornou dependente do contrato da navegação do rio das Velhas a navegação do rio São Francisco em toda a região que se estende desde a cidade de Guaicuí até a cachoeira do Sobradinho;

2º, se já estão concluídas as obras de melhoramento do rio São Francisco, e em quanto montaram as despesas com esse melhoramento? P.433

Do **Sr. Affonso Penna**.- Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

1º Cópia dos pareceres, estudos e informações que serviram de base ao novo regulamento da estrada de ferro D. Pedro II;

2º Indicação das alterações que foram feitas nos vencimentos dos empregados da estrada. P. 446

Do **Sr. Affonso Celso**.- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se requirite do governo cópia das comunicações oficiais recebidas sobre a divisão do cartório de órfãos da vila da Capela, província de Sergipe: informando o mesmo governo se julga regular que, feita aquela divisão, se determinasse ao primeiro serventuário que dividisse com o segundo os feitos determinados, existentes no referido cartório. P. 447

Do **Sr. Sebastião Mascarenhas**.- Requeiro que informe o governo, pelo Ministério da Justiça, se não tem conhecimento da anuência das autoridades policiais de Pirapetinga, em Minas Gerais, aos distúrbios cometidos quase diariamente por um grupo de desordeiros que ameaçam a vida e propriedade do cidadão Fernando de Souza Coutinho. P. 447

Do **Sr. Custodio Martins**. Requeiro que pelo Ministério do Império preste informações o governo sobre os motivos de ordem pública e política que têm impedido, até hoje, as

nomeações de professor da cadeira de higiene e de adjunto da cadeira de higiene e de adjunto da cadeira de matéria médica e terapêutica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, quando o concurso da primeira já terminou há dois meses e o da segunda há quatro meses está concluído. P. 466

Do **Sr. Affonso Penna.**- Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

1º Se é exato que o governo, na reforma que pretende realizar da secretaria, tem em vista aumentar o pessoal, criando auxiliares técnicos, violando os termos precisos da autorização que lhe foi confiada pela lei n. 3349 de 20 de Outubro de 1887, que determinou que a reforma se fizesse com redução de pessoal. P.

2º Se o governo não tem conhecimento do ato do parlamento que negou fundos para a criação de tais empregos. P. 466

Requeiro se requisitem do governo, com urgência, pelo Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

Nota dos prejuízos sofridos pelo Banco do Brasil depois da criação da carteira hipotecária, discriminando-se os que pertencem a esta dos que correm por conta da carteira comercial, e mencionando-se as operações que deram maiores prejuízos. P. 467

Do **Sr. Lourenço de Albuquerque.**- Requeiro que, por intermédio do Sr. Ministro da Fazenda, se peçam ao governo as seguintes informações:

1º Se depois do dia 13 de Maio do corrente ano o governo tem feito, por conta de lei de 1885, empréstimos aos Bancos de depósito.

2º No caso afirmativo, a quanto montam tais empréstimos, e a que juros foram feitos. P. 467

Do **Sr. Pedro Beltrão.**- Requeiro que pelo Ministério da Fazenda se solicite do governo informação sobre o número de estabelecimentos que pagam imposto à coletoria geral de Caruaru, mencionando-se quantos destes estabelecimentos se acham registrados no tribunal do comércio. P. 467

Requeiro que pelo Ministério da Justiça informe o governo se tem ciência dos atentados que está cometendo o subdelegado de polícia de Timbaúba, no propósito de mudar o local da respectiva feira, a despeito da oposição do comércio local e dos feirantes apoiados pela Câmara Municipal. P. 467

Requeiro que pelo Ministério da Justiça informe o governo se tem notícia do abandono e desídia em que corre o serviço policial em Pernambuco, de modo a ser forçado o próprio presidente da província a sair alta noite a rondar a cidade do Recife acompanhado de seu ajudante e ordenanças. P. 467

Requeiro que pelo Ministério da Justiça informe o governo em que estado se acha o inquérito policial da barbara tentativa de morte e ferimentos graves praticados por Carneiro Monteiro contra uma criança, filho de Manoel Esteves, no Passarinho, em Pernambuco. P. 467

Requeiro que pelo Ministério da Justiça informe o governo qual o destino dado pelo delegado de polícia de Canhotinho ao inquérito procedido contra uma barbara infanticida que se acha solta e livre como ama de leite em casa de uma influência local. P. 467

Requeiro que pelo Ministério da Justiça informe o governo se tem ciência da violenta arbitrariedade policial de que foi vítima na noite de 20 para 21 de Junho, o Sr. Manoel de

Mendonça Paes Barreto, chefe do tráfego da via-férrea de Ribeirão a Bonito, cuja casa sob frívolo pretexto, foi cercada e varejada por ordem do chefe de Pernambuco. P. 467

Requeiro que pelo Ministério da Justiça informe o governo se sabe da brutal agressão, praticada no Recife por um sargento e três praças policiais contra o artista serralheiro Antonio Theodoro da Silva Pereira, no dia 15 de Junho último. P. 467

Requeiro que pelo Ministério da Justiça informe o governo se sabe que destino deu a polícia do Recife, depois de espancado e preso, a Joaquim de Aquino, do qual seus filhos não conseguiram mais notícia, não o tendo encontrado nas prisões, asilos e hospitais daquela capital. P. 467

Do **Sr. Rodrigues Peixoto**.- Requeiro que o governo, por intermédio do Ministério da Justiça, informe se tem conhecimento do atentado cometido pelo delegado de polícia do lugar denominado Desengano, da província do Rio de Janeiro que invadindo com força armada a fazenda do cidadão Antonio Garcia da Rocha Pinto, prendeu o seu empregado Elesbão, sem culpa formada, e desterrou-o para fora da comarca. P. 471

REPRESENTAÇÕES

Da **Câmara municipal da cidade do Salvador**, província da Bahia, pedindo que tenha deferimento a que dirigiu a esta Câmara em 5 de Janeiro de 1887. P. 4

Da **câmara municipal do Pirai**, província do Rio de Janeiro, pedindo a convocação de uma Assembleia Constituinte para o fim de serem reformados alguns artigos da Constituição do Império. P. 22

Da **assembleia provincial da Bahia**, reclamando contra o regulamento de 22 de Fevereiro do corrente ano, na parte relativa ao imposto de 50 réis por litro de bebidas alcoólicas. P. 107

De **439 negociantes**, proprietários e industriais da cidade do Pilar, provincial das Alagoas, pedindo ser mantida a navegação a vapor na Lagoa Manguaba e a decretação de garantia de juros para uma via-férrea daquela cidade ao município do Bom Conselho, província de Pernambuco. P. 177

De **habitantes da paróquia de Areias**, município de Aracati, província do Ceará, pedindo que por ato legislativo seja declarada a linha divisória entre aquela província e a do Rio Grande do Norte. P. 214

Do **clube norte Rio Grandense**, submetendo à apreciação da Câmara algumas considerações acerca da questão de limites entre a província do Ceará e a do Rio Grande do Norte. P. 279

Da **câmara municipal da cidade do Pomba**, província de Minas, sobre a necessidade de ser consignada e votada no futuro orçamento do Ministério da Justiça a quantia necessária para ser executada a lei provincial que criou a comarca do Pomba, desmembrada da do Rio Novo. P. 305

Da **câmara municipal de S. Borja**, sobre a necessidade de ser cumprido o tratado entre o Brasil e o Paraguai, na parte relativa à indenização dos prejuízos. P. 369

Da **Praça do Comércio de Porto Alegre**, pedindo a revogação do imposto de 5% criado pela lei de 28 de Setembro do 1835, e que o mesmo imposto seja aplicado exclusivamente para desenvolvimento da colonização e imigração da mesma província. P. 370

Da **câmara municipal da vila do Serro Azul**, província do Paraná, pedindo a adopção de leis que garantam o desenvolvimento e prosperidade de seu município. P. 388

Da **Praça do Comércio de Porto Alegre**, pedindo a cessação de cobrança do imposto de 5 %, criado pela lei de 1885, e que o mesmo imposto seja aplicado ao desenvolvimento da imigração e colonização da mesma província. P. 388

Dos **catraeiros e bateleiros do porto de Pernambuco**, representando contra o imposto de 15\$ anuais de industrias e profissões, criado pela última lei do orçamento. P. 428

Do **capitão Gregorio Thaumaturgo de Azevedo**, dando queixa, pela má execução da lei das promoções, contra o Exmo. Conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz quando Ministro da Guerra. P. 428

Da **Câmara Municipal de S. Martinho**, no Rio Grande do Sul, sobre um terreno doado pelo marechal Manoel Carneiro da Fontoura. P. 470

Da **Associação Comercial Beneficente de Pernambuco**.- Pedindo a eliminação da taxa adicional de 5% a todos os impostos gerais, excetuados os de exportação. P. 471

REQUERIMENTOS APRESENTADOS POR DIVERSOS

Do **agrimensor Thomaz de Figueiredo**, pedindo autorização sem ônus para o Estado, para catequisar e aldear os índios botucudos antropófagos que infestam as florestas de comarcas ao sul da Bahia. P. 2

Dos **guardas da Escola Politécnica**, pedindo que a seus vencimentos sejam equiparados aos dos bedéis e inspetores da Faculdade de Medicina e do Colégio D. Pedro II. P. 21

De **Antonio Balbino dos Anjos**, soldado reformado do corpo de Voluntários da Pátria, pedindo pagamento de 90 rs. diários, diferença que deixou de receber desde 1857, quando reformado como praça do exército, até a data em que recebeu a nova provisão como Voluntario da Pátria. P. 51

De **Augusto Carlos da Silva Telles**, concessionário da estrada de ferro de Benevente a Santa Luzia, pedindo garantia de juros de 4% sobre o capital máximo de 6.000.000\$ durante 20 anos. P. 51

Do **Dr. Domingos Maria Gonçalves**, pedindo uma subvenção para auxiliar cinco escolas “Asilos Agrícolas” onde serão educados simultaneamente ente 1.500 alunos que receberão instrução teórica e pratica, vestuário e um pecúlio de 400\$000. P. 72

Dos **inspetores de alunos do Asilo de Meninos Desvalidos**, pedido a elevação dos vencimentos que ora percebem a mais 800\$ anuais. P. 72

De **Monteiro & Botelho**, proprietários ou arrendatários dos trapiches Monteiro e Lazareto, pedindo a revogação da postura da Câmara Municipal desta corte, de 27 de Novembro de 1882 e o restabelecimento da de 1 de Maio de 1885. P. 72

Do **coronel Antonio Joaquim Malheiros**, pedindo diversos favores para levar a efeito a empresa de ligar a bacia do Prata à do Amazonas e navegar por lanchas a vapor o Rio Guaporé. P. 107

De **D. Maria Nazareth dos Passos**, pedindo que se lhe mande pagar o meio soldo, de acordo com o aumento feito nos vencimentos dos oficiais depois da reforma do seu falecido marido, o major João dos Passos Nepomuceno. P. 123

De **Joaquim Antonio de Carvalho Agra**, pedindo uma recompensa pecuniária pelos diversos trabalhos que tem apresentado ao parlamento. P. 124

Dos empregados da Tesouraria de Fazenda da província do Pará, pedindo uma gratificação extraordinária igual à que foi marcada pela lei n. 3349 de 20 de Outubro de 1887 aos empregados da Alfandega da mesma província. P. 125

De **D. Maria Francisca Ferreira dos Santos**, pedindo que se lhe faça extensiva a concessão da pensão concedida à sua finada mãe, D. Luciana Constança Ferreira dos Santos, pelo decreto n. 1511 de 28 de Setembro de 1867. P. 125

De **Constantino José da Silva Braga**, desembargador da Relação de Belém, pedindo prorrogação, por mais um ano com ordenado, da licença que lhe foi concedida o ano passado pela Assembleia Geral. P. 125

De **Carlos Gianelli e Godofredo Silveira da Motta**, pedindo privilégio e diversos favores para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, na província do Paraná. P. 125

Da **administração da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia**, na cidade da Bahia, pedindo isenção de direitos de importação para as alfaias e materiais necessários para conclusão e ornamentação do templo. P. 128

Do **cônego Antonio Henrique de Carvalho**, da diocese de Cuiabá, pedindo ser aposentado no cargo de lente da cadeira de teologia moral do seminário da mesma diocese. P. 206

De **Honorio Lima**, enviando documentos para serem juntos à sua petição de 23 de Maio do corrente ano, solicitando favores para uma fábrica de papel que tenciona montar. P. 206

De **Pedro Getulio Monteiro de Mendonça**, pedindo o prolongamento dos trilhos da estrada de férrea Minas and Rio. P. 207

Da **mesa administrativa da Misericórdia de Sorocaba**, província de São Paulo, pedindo autorização para alienar os imóveis que possui, e converter o produto em títulos da dívida pública. P. 207

De **Leonidio Guimarães**, escriturário da repartição fiscal da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco, pedindo que o seu ordenado seja elevado de 140\$ a 200\$ mensais, como compensação do aumento de trabalho com o tráfego do ramal do Timbó. P. 236

Do **engenheiro Joaquim Alvares dos Santos Souza**, pedindo isenções garantias imprescindíveis para realizar uma Sociedade Anônima Bancaria de Colonização e Crédito Territorial Agrícola na Bahia. P. 236

Do **secretário do Internato do Colégio de Pedro II**, pedindo aumento de vencimentos. P. 236

Da **Sociedade Libertadora Alagoana**, pedindo um auxilio pecuniário para manutenção e custeio da escola para ingênuos fundada pela mesma sociedade em Maceió. P. 236

Dos **Professores e repetidores do Imperial Instituto dos Meninos Cegos**, pedindo a substituição da tabela de vencimentos de 1859 por outra mais ampla ou mais equitativa. P. 263

De **Luiz Francisco de Barros**, conservador do gabinete de trabalhos gráficos de engenharia civil da Escola Politécnica, pedindo sua aposentadoria. P. 275

Da **Companhia de Navegação do Espírito Santo e Caravelas**, pedindo a renovação de uma subvenção para continuação do serviço entre esta corte e a província do Espírito Santo e Caravelas, na Bahia. P. 276

Do **diretor, professores e estudantes do Liceu de Humanidades da cidade de Campos**, representando sobre a necessidade de serem habilitados para matricula nos cursos superiores do Império os estudantes aprovados nas matérias ensinadas no mesmo Liceu. P. 326

De **D Anna Coelho de Figueiredo**, - viúva do capitão Joaquim Soares de Figueiredo, pedindo que se lhe mande pagar o meio soldo completo a que tem direito, desde o falecimento de seu marido. P. 326

Da **Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo**, desta Corte, pedindo que o imposto que pagam os prédios que constituem o patrimônio do seu hospital (somente estes) seja reduzido de 22% a 12 %. P. 326

De **D. Anna Rosa da Serra Oliveira**, filha do alferes Lupercio Francisco da Serra Martins, pedindo meio-soldo de seu finado pai a que se julga com direito. P. 344

Da **Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife**, em Pernambuco, solicitando um auxilio pecuniário para manutenção dos sete estabelecimentos pios que tem a seu cargo. P. 352

De **João da Cunha Pereira Beltrão**, juiz de direito da comarca de Caçapava (província do Rio Grande do Sul), pedindo um ano de licença para tratar de sua saúde. P. 368

Do **desembargador da Relação de Goiás**, Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto, pedindo um ano de licença para tratar de sua saúde. P. 369

Dos **empregados da Intendência e do Arsenal de Guerra**, pedindo aumento de vencimentos. P. 388

De **D. Maria Olindina de Miranda Pessoa**, viúva do conselheiro Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, solicitando uma pensão. P. 388

Do alferes João Caetano dos Santos, pedindo melhoramento de reforma. P. 388

De **João Baptista Marques Fogaça**, pedindo melhoramento de aposentadoria. P. 409

Do **alferes honorário do exército Manoel Claudino de Oliveira**, pedindo uma pensão. P. 428

De **Francisco Cavalcanti de Albuquerque**, tesoureiro da Tesouraria de Fazenda de Pernambuco, pedindo aumento dos seus vencimentos e os dos seus dois fieis. P. 445

De **Luiz Ribeiro de Souza Rezende e outros**, pedindo auxilio para que possam fundar uma empresa industrial de manufatura de seda, por se ou pela companhia que organizarem. P. 445

PARECERES DE COMISSÕES

N. 14-1888.-Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre aposentadoria do oficial maior da Secretaria de Fazenda, conselheiro José Severiano da Rocha. P. 51

N. 15-1888.- Da mesma comissão sobre licença no Dr. Felicissimo Rodrigues Fernandes. P. 23

N. 16-1888.- Da mesma comissão sobre isenção de direitos à Companhia de Gás do Rio de Janeiro. P. 23

N. 17-1888.- Da mesma comissão sobre aumento de vencimentos dos artistas do Arsenal de Marinha da Bahia. P. 23

N. 18-1888.- Da mesma comissão sobre aposentadoria de Domingos da Costa Ferreira, conservador do gabinete de botânica da Escola Politécnica. P. 51

N. 19-1888.-Da mesma comissão sobre isenção de direitos de exportação para a fábrica do preparo e beneficiamento da borracha. P. 51

N. 20-1888.- Da mesma comissão sobre melhoramento no bairro de Engenho Velho, pretensão de Antonio Vianna. P. 52

N. 21-1888.- Da mesma comissão sobre restituição a D. Idalina Castro e outra. P. 52

N. 22-1888.-Da mesma comissão sobre isenção de impostos de transmissão e de selo em favor do Colégio S. Joaquim da Bahia. P. 52

N. 23-1888.-Da mesma comissão sobre isenção de decimas, em favor do Montepio dos Artistas Cachoeiranos da Bahia. P. 52

N. 24-1888.-Da mesma comissão sobre reversão da pensão em favor de D. Elvira Adelaide Monteiro de Mello. P. 52

N. 25-1888.- Da mesma comissão sobre licença ao tenente Alfredo Ferreira Moniz. P. 52

N. 26-1888.-Da comissão de orçamento sobre pagamento de vencimentos do bacharel Octavio Affonso de Mello, juiz municipal e de órfãos de Guarapari, no Espírito Santo. P. 74

N. 27-1888.- Da comissão de marinha e guerra sobre melhoramento de reforma ao alferes honorário do exército Francisco Melchiades da Costa. P. 173

N. 28-1888.-Da comissão de agricultura, comércio, indústria e artes sobre a criação de uma fábrica de papel, pretensão de Honorio Lima. P. 207

N. 29-1888.- Da mesma comissão sobre concessão de terras devolutas, Representação da Assembleia Provincial de São Paulo. P. 207

N. 30-1888.-Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre pagamento de soldo ao alferes honorário do exército Antonio Paes de Sá Barreto. P. 207

N. 31-1888.- Da mesma comissão sobre restituição de quantias à Sociedade Amante da Instrução. P. 207

N. 32-1888.-Da mesma comissão sobre concessão de território à Câmara Municipal de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. P. 207

N. 33-1888.- Da mesma comissão sobre aumento de vencimentos aos inspetores de alunos do Asilo de Meninos Desvalidos. P. 207

N. 34-1888.-Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre a restituição de direitos a companhia de engenho central de Capivara, em São Paulo. P. 208

N. 35-1888.-Da mesma comissão, sobre meio soldo a D. Maria Trindade de Aquino. P. 208

N. 36-1888.- Da mesma comissão, sobre restituição a Francisco Xavier da Silva Moura. P. 208

N. 37-1888.-Da mesma comissão, sobre isenção de direitos a irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na Bahia. P. 208

N. 38-1888.-Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos guardas da Escola Politécnica. P. 208

N. 39-1888.-Da mesma comissão, sobre pensão a D. Helena Muller Goettner. P. 208

N. 40-1888.-Da mesma comissão, sobre pensão a D. Candida Rodrigues da Silva. P. 208

N. 41-1888.-Da mesma comissão, sobre aposentadoria a Luiz Guilherme Korff. P. 209

N. 42-1888.- Da mesma comissão, sobre pensão ás netas do falecido capitão de mar e guerra João Baptista de Oliveira Guimarães. P. 236

N. 43-1888.-Da mesma comissão, sobre pagamento ao cabo de esquadra Joaquim Malheiros de Góes. P. 237

N. 44-1888.- Da mesma comissão, sobre pensão a D. Joanna Carolina Cavalcanti Gouveia. P. 236

N. 45-1888.- Da mesma comissão, sobre remissão de dividas ao Barão de Capanema. P. 238

N. 46-1888.-Da mesma comissão, sobre garantia de juros ao Banco Agrícola do Brasil. P. 237

N. 47-1888.-Da mesma comissão, sobre meio soldo a D. Jacintha Martins do Couto Reis. P. 237

N. 48-1888.-Da mesma comissão, sobre auxilio ao concessionário da estrada de ferro de Benevente a Santa Luzia. P. 237

N. 49-1888.-Da mesma comissão, sobre remissão de dívida aos ex-colonos das colônias Conde d'Eu e outras do Rio Grande do Sul. P. 237

N. 50-1888.-Da mesma comissão, sobre alcance do ex-coletor de rendas João Paulo de Lacerda. P. 237

N. 51-1888.-Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos empregados da Tesouraria de Pernambuco. P. 237

N. 52-1888.- Da mesma comissão, sobre melhoramento de soldo a D. Anna Joaquina de Leivas Barros, viúva do Dr. Polycarpo Cesario de Barros. P. 237

N. 53-1888.-Da mesma comissão, sobre aposentadoria de Diomedes Bezerra de Mello, guarda da Alfandega de Pernambuco. P. 237

N. 54-1888.- Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos empregados da Imprensa Nacional. P. 262

N. 21 A-1888.- Da comissão de orçamento, sobre emendas e aditivos ao orçamento do Império. P. 267

N. 55-1888.-Da mesma comissão, sobre restituição a Companhia de Minas de Assuruá. P. 276

N. 56-1888.- Da mesma comissão, sobre pagamento ao soldado reformado Antonio Balbino dos Anjos. P. 276

N. 57-1888.-Da mesma comissão, sobre reversão de pensão a favor de Francisca Carlota dos Santos Avena. P. 276

N. 58-1888.- Da mesma comissão, sobre concessão para possuir bens de raiz a Irmandade de S. Vicente de Paulo, de Niterói. P. 276

N. 59-1888.- Da mesma comissão, sobre pensão a D. Ignacia Candida da Graça Menezes. P. 276

N. 60-1888.- Da comissão de instrução pública sobre nomeação de lentes aos adjuntos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro independente do novo concurso. P. 276

N. 61-1888.-Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre prolongamento das ruas das Laranjeiras e Senador Corrêa. P. 306

N. 62-1888.- Da mesma comissão, sobre contagem de tempo ao professor público Agostinho José Soares Brasil. P. 306

N. 63-1888.- Da mesma comissão, sobre reforma do Juízo dos Feitos relativa à execução do débito ativo do Estado. P. 306

N. 64-1888.- Da mesma comissão, sobre reversão de pensão a D. Maria Francisca Ferreira dos Santos. P. 306

N. 65-1888.-Da mesma comissão, sobre licença a Martiniano José Cardoso. P. 306

N. 66-1888.-Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos nos escreventes das oficinas do Arsenal de Marinha da Corte. P. 307

N. 67-1888.- Da mesma comissão, sobre meio soldo a D. Maria Nazareth dos Passos. P. 307

N. 68-1888.- Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos a Possidonio de Mattos. P. 307

N. 69-1888.- Da mesma comissão, sobre licença ao tabelião Francisco Manoel da Cunha Junior. P. 307

N. 70-1888.- Da mesma comissão, sobre auxilio pecuniário a João Vicente Leite Castro para publicação de sua obra. P. 307

N. 9 B-1888.-Da comissão de marinha e guerra sobre o aditivo apresentado na 2ª discussão do projeto de fora naval para 1889 pelo Sr. deputado Affonso Celso Junior (abolição do castigo corporal na Armada). P. 306

N. 71-1888.-Da comissão de saúde pública sobre revogação dos arts. 65 e 66 do regulamento da Junta de Higiene. Licença ao farmacêutico não titulado para abrir farmácia. P. 308

N. 72-1888.- Da comissão da agricultura, comércio e obras públicas, sobre privilegio por 90 anos para o prolongamento dos trilhos da estrada de ferro Minas And Rio. P. 344

N. 73-1888.- Da mesma comissão, sobre navegação da Companhia Nacional-escala no porto de Paranaguá. P. 344

N. 74-1888.- Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre aposentadoria do cônego Antonio Henrique de Carvalho. P. 344

N. 75-1888.- Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos a Leonidio Guimarães, empregado da estrada de ferro da Bahia. P. 344

N. 76-1888.-Da mesma comissão, sobre licença ao Dr. Felicissimo Rodrigues Fernandes. P. 344

N. 77-1888.- Da mesma comissão, sobre aumento de ordenado dos empregados do internato e externado do colégio D. Pedro II. P. 344

N. 78 1888.- Da comissão de instrução pública indeferindo a petição de Antonio Benedicto de Souza Castro para matricular-se em alguma das Faculdades de Direito do Império. P. 345

N. 79-1888.- Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre aumento de vencimentos dos empregados da Inspetoria de Higiene da Corte. P. 345

N. 80-1888.- Da mesma comissão, sobre isenção de direitos da Associação de S. Vicente de Paulo da Corte. P. 345

N. 81-1888.- Da comissão de constituição e legislação, sobre licença ao Sr. deputado Dr. Eduardo Augusto Montandon. P. 370

N. 82-1888.- Da mesma comissão, sobre licença ao Sr. deputado Theophilo Fernandes dos Santos.

N. 83-1888.- Da comissão de fazenda, pensões, e ordenados, sobre relevação de multas a *Alagoas Railway Company, limited*.

N. 84-1888.- Da mesma comissão, sobre montepio dos operários do Arsenal de Marinha da Corte. P. 428

N. 85-1888.- Da mesma comissão, sobre pensão a D. Maria Olindina de Miranda Pessoa. P. 429

N. 86-1888.- Da mesma comissão, sobre segmento de vencimentos nos operários do Arsenal do Ladario, em Mato Grosso. P. 429

N. 87-1888.- Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos empregados da Secretaria da Escola Politécnica. P. 429

N. 37 B-1888.- Da comissão de orçamento, sobre emenda e aditivos apresentados na 2ª e 3ª discussão do orçamento da Marinha (projeto 37). P. 474

PROJETOS DE LEI SUBMETIDOS A DISCUSSÃO

N. 4- 1888.- Da comissão de marinha e guerra fixando a força de terra- para 1889. P. 16

N. 9-1888.- Da mesma comissão fixando a força naval para 1889. P. 7

N. 21-1888.- Da comissão de orçamento fixando a despesa do Ministério do Império para 1899. P. 101

N. 7 A-1888.- Da mesma comissão concedendo auxílio aos expositores brasileiros que concorrerem a Exposição Universal de Paris em 1889. P. 124

N. 26-1888.- Da mesma comissão concedendo crédito suplementar no Ministério do Império a verba - Socorros Públicos - do exercício de 1886-1887. P. 169

N. 32-1888.- Da mesma comissão fixando a despesa do Ministério de Estrangeiros para 1889. P. 209

N. 12 A-1888.- Da comissão de constituição e legislação sobre aposentadoria dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça. P. 262

N. 8 A-1888.-Da mesma comissão sobre exercício das funções dos membros: do Supremo Tribunal de Justiça, quando deputados, no intervalo das sessões. P. 308

N. 37-1888.- Da comissão de orçamento fixando a despesa do Ministério da Marinha para 1889. P. 346

N. 38-1888.- Da mesma comissão concedendo crédito suplementar ao Ministério da Marinha às verbas corpo da Armada, força naval e etapa do exercício de 1886- 1887. P. 347

PROJETOS QUE AINDA NÃO FORAM DISCUTIDOS, MAS SOBRE AS QUAIS JÁ HÁ PARECER DAS RESPECTIVAS COMISSÕES

N. 14-1888.-Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre pensão ao anspeçada do 6º corpo de voluntários Julião Pereira da Motta. P. 52

N. 15-1888.- Da mesma comissão sobre licença ao cônego Diniz Affonso de Mendonça e Silva, vigário de Itaguaí, no Rio de Janeiro. P. 53

N. 16-1888.- Da mesma comissão sobre pensão ao ex-voluntário da Pátria Francisco Gonçalves da Silva. P. 53

N. 17-1888.- Da mesma comissão sobre pansão ao soldado Felix Pereira da Silva. P. 53

N. 18-1888.- Da mesma comissão sobre bens de raiz à casa de caridade da cidade de Leopoldina, em Minas Gerais. P. 53

N. 19-1888.- Da mesma comissão sobre patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da cidade da Cachoeira na Bahia. P. 54

N. 22-1888.- Da mesma comissão sobre licença ao 2º escriturário da Tesouraria de Fazenda da Paraíba do Norte Joaquim Francisco do Nascimento. P. 122

N. 23-1888.- Da mesma comissão sobre pensão a D. Umbelina de Mello e Albuquerque. P. 122

N. 27-1888.- Da comissão de marinha e guerra sobre a nomeação de lentes para a escola militar da Corte, independente de novo concurso. P. 173

N. 28-1888.- Da mesma comissão sobre promoção ao posto de capitão de estado-maior de 1ª classe do exército. P. 173

N. 30-1888.- Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre dispensa de concurso para os lugares de 2ª entrância nas Alfândegas do Império. P. 209

N. 31-1888.- Da mesma comissão sobre licença ao desembargador Luiz de Albuquerque Martins Pereira, da Relação de Cuiabá. P. 209

N. 34-1888.- Da comissão de marinha e guerra sobre reorganização do quadro dos oficiais da armada. P. 326

N. 36-1888.- Da comissão de Agricultura, Comércio e Obras Públicas sobre isenção de direitos e transporte gratuito nas estradas de ferro do Estado para os maquinismos destinados às fábricas de seda. P. 345

N. 39-1888.- Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre abertura de uma nova rua em frente à de Felipe Nery e alargamento da de S. Bento. P. 347

N. 40-1888.- D. mesma comissão sobre licença ao desembargador Constantino José da Silva Braga. P. 348

N. 43-1888.- Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre isenção de direitos para os materiais destinados à construção de casas para proletários - Pretensão de Arthur Sauer. P. 429

N. 45-1888.- Da comissão de marinha e guerra sobre antiguidade de posto no capitão Ignacio Marques de Gouvêa. P. 475

N. 46-1888. Da comissão de orçamento fixando a despesa do Ministério da Justiça para 1889. P. 492

INTERPELAÇÕES ANUNCIADAS

Do **Sr. Affonso Celso.-** Requeiro que se marque dia e hora para dirigir ao Sr. Ministro do Império a seguinte interpelação:

“Que pensa o governo sobre as representações das várias Câmaras Municipais, que têm pedido a revisão do art. 4º da Constituição do Império?” (2*) P. 62

Do **Sr. Cesario Alvim.-** Requeiro dia hora para dirigir ao nobre Presidente do Conselho de Ministros, a seguinte interpelação:

1º Tem o governo, formuladas já, as medidas que espera obter do parlamento, para remover os embaraços econômicos com que está, atualmente, lutando a lavoura?

2º Não acha que são de todo momento algumas providências provisórias, que permitam a lavoura asoberbar a crise aguda que a aflige até que o parlamento delibere a respeito?

3º Atribuindo o governo, como parece, a despeitos e interesses ofendidos, o movimento republicano das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, acredita que, a ser mesmo assim, não ameaça ele seriamente as instituições políticas do Império e a sua integridade? P. 239

(*) Esta interpelação consta do Índice do 1º vol. Dos Anais do Parlamento de 1888.

Do **Sr. Affonso Penna.**- Requeiro que se marque dia e hora para dirigir ao Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a seguinte interpelação:

Que razões teve o governo para suprimir a repartição do prolongamento da estrada de ferro

D. Pedro II, reuni-la a do tráfego, da qual achava-se separada há muitos anos?

Que motivos teve o governo para criar repartição separada para o trabalho do prolongamento da estrada de Baturité, sendo esta linha de 110 quilômetros apenas?

Qual a razão por que não foi ainda preenchido o lugar de diretor engenheiro chefe da estrada de ferro do Recife a São Francisco, e do Caruaru, em Pernambuco? P. 353

Do **Sr. Ratisbona.**- Requeiro que se marque dia e hora para interpelar o Sr. Presidente do Conselho, sobre os seguintes pontos:

1º O governo tem ciência dos motivos que determinaram os sucessivos adiamentos da Assembleia Legislativa do Ceará: o 1º para Março, o 2º para Abril e o 3º para Maio deste ano, depois de convocada para votar a lei do orçamento?

2º No caso afirmativo, que providências adotou o governo, ou quais as instruções que expediu ao atual presidente daquela província, no intuito de prevenir a reprodução de tão estranho precedente? P. 448

Do **Sr. Bulhões Carvalho.**- Peço dia e hora para fazer a seguinte interpelação ao Sr. Presidente do Conselho:

Que destino pretende dar ao imposto adicional de 5%: a garantia de juros às letras hipotecárias emitidas, segundo a sua proposta, ou aos asilos e estabelecimentos correcionais, segundo o projeto do Sr. Ministro da Justiça?

Não tendo o governo resolução assentada sobre o que pretende fazer do imposto de 5%, o que pensa da ideia de suprimi-lo, suscitada nesta Câmara, e do projeto de aplicá-lo a indenização da propriedade servil, como foi proposta na outra Câmara?

Não aceitando o governo nenhum destes dois alvitres e continuando em dúvida sobre o emprego dos 5% adicionais, e no desejo de aplicá-lo no melhoramento da lavoura, não alcançaria este projeto mais certamente suprimindo os impostos que recaem diretamente sobre a produção agrícola, do que destinando estes adicionais a garantir juros de letras hipotecárias, quase só proveitosas à liquidação das hipotecas rurais existentes?

Se o estado do Tesouro é tal que nem permite auxiliar a lavoura aliviando-a dos impostos de exportação, por que não cogitou o governo em passar os 5% adicionais para a receita ordinária, no intuito de equilibrar o orçamento ou diminuir o déficit, tendo esses adicionais aplicação especial hoje escusada? P. 448

Do **Sr. Pedro Luiz.** - Requeiro dia e hora para interpelar o Sr. Ministro da Justiça a respeito dos seguintes pontos:

1º Se as diversas pessoas ou comissões encarregadas por S. Ex. de elaborarem vários projetos de reformas referentes a serviços pertencentes ao Ministério da Justiça já apresentaram os seus trabalhos;

2º Se às mesmas pessoas ou comissões foram dadas por S. Ex. as bases que deveriam servir à organização das aludidas reformas, e quais essas bases:

3º Se essas reformas trazem aumento de despesa, a quanto ascenderá ele, e se o nosso estado financeiro o comporta sem sacrifício do contribuinte;

- 4º Se foi feito o cálculo do aumento da despesa, de acordo com o projeto de reforma judiciária, apresentado ao Senado pelo ilustre Ministro da Justiça, e a quanto sobe ele;
- 5º Se já sugeriu aos presidentes de província os meios de prepararem os elementos, necessários para ser exequível no Império esse bom sistema penitenciário, e quais esses meios;
- 6º Se já pôs em prática providências para aumentar a renda da Casa de Correção da Corte, e quais são elas;
- 7º Se pretende manter a polícia secreta à custa dos cofres públicos, ou passar esse encargo aos interessados, casas comerciais, teatros e outros estabelecimentos, e qual a soma com que eles devem concorrer;
- 8º Se não julga conveniente antes da viagem que S. Ex. pretende fazer a Fernando de Noronha, mandar projetar por uma comissão de engenheiros as obras reclamadas, afim de esclarecer e habilitar o Corpo Legislativo a votar o orçamento do Ministério da Justiça.
- P. 470

Do **mesmo.**- Requeiro dia e hora para interpelar o Sr. Ministro da Marinha a respeito do seguinte:

Se a vista do disposto no art. 8º da lei n. 2556 de 26 de Setembro de 1874, não julga o governo injusta e iniqua a continuação do castigo corpora na armada e se não está resolvido a promover a sua supressão. P. 471

PROPOSTAS DO PODER EXECUTIVO

Pelo **Sr. Ministro da Marinha**- abrindo crédito suplementar ás verbas Corpo da Armada, força naval e etapas para o exercício de 1886-1887. P. 133

Pelo **Sr. Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda**- sobre Bancos de crédito real. P. 393

PROJETOS DO SENADO

N. 29 1888.- Sobre liberdade de cultos. P. 173

N. 44-1888.- Sobre aposentadoria de Avelino Severo de Carvalho e Gama- (Emenda ao projeto n. 16 de 1887).

PROJETOS DE LEI APRESENTADOS POR DEPUTADOS

N. 13-1888.- Do Sr. Rodrigues Peixoto, dispondo sobre vadios e ociosos. P. 3

N. 20-1888.- Do Sr. Pedro Luiz, dispondo sobre o direito de lavrar minas em terrenos particulares. P. 72

N. 24-1888.- Do Sr. Affonso Celso, abolindo a pena da morte. P. 107

N. 25-1888.- Do Sr. José Marcellino, concedendo vários favores aos bancos de crédito real e agrícola. P. 108

N. 33-1888.- Do Sr. Ferreira Vianna (ministro da justiça) sobre repressão da ociosidade. P. 310

N. 35-1888.- Do Sr. Bento Ramos sobre limites entre as províncias de Alagoas e Pernambuco. P. 331

N. 41-1888.- Do Sr. João Penido e outro sobre bens de raiz á fabrica da Igreja matriz da cidade de Cataguazes, na província de Minas Gerais. P. 351

PROJETOS DE LEI APRESENTADOS POR DEPUTADOS E SOBRE OS QUAIS NÃO HOUVE PARECER DAS RESPECTIVAS COMISSÕES

N. 11-1888.- Do Sr. Coelho Rodrigues, sobre reforma da Constituição

PROJETO DE RESPOSTA À FALA DO TRONO

N. 5- 1888.- Da respectiva comissão. P. 178

ELEIÇÃO DA MESA

Eleição da mesa. P. 6 e 7

Oradores

A

Affonso Celso, págs. 23, 33 (força naval), 62 (interpelação ao Sr. Ministro do Império), 66 (idem), 74, 109, 130 (força naval), 176, 210, 239, 262, 280, 301 (orçamento do Império), 311 (idem), 312 (idem). 331, 339, 379, 441 (projeto n. 7 A), 450 (idem), 473 (orçamento da marinha).

Affonso Penna, págs. 24, 47 (forças de terra), 75, 110, 263, 281, 318 (força naval), 253 (interpelação ao Sr. ministro da agricultura), 356 (idem), 414 (projeto n. 7 A), 447.

Alfredo Chaves, pág. 315 (orça naval).

Alves de Araujo, págs. 24, 54, 363 (orçamento de estrangeiros).

Americo de Souza, pág. 128.

Andrade Figueira, págs. 270 (força naval), 359 (projeto n. 8 A deste ano), 364 (orçamento de estrangeiros): 392 (projeto n. 12 A deste ano), 395 (idem). 435 (projeto n. 7 A), 438 (idem).

Araujo Góes, págs. 4, 119 (força naval), 450.

B

B. de Mendonça Sobrinho, págs. 176, 222, (orçamento do ministério do Império).

Barão de Lucena (presidente), págs. 457, 474.

Bento Ramos, pág. 330.

Bulhões Carvalho, págs. 77 (força naval), 109, 377 (projeto n. 8 A), 378 (idem), 412, 458 (crédito suplementar ao ministério da marinha).

C

Cantão, pág. 383 (orçamento da marinha), 416 (idem).

Carlos Peixoto, págs. 3, 409.

Carlos Peixoto (1º secretario), págs. 5, 339.

Carneiro da Cunha, pág. 472 (projeto n. 7 A).

Castrioto, pág. 475 (orçamento da marinha).

Cesario Alvim, pág. 238, 390 (interpelação ao Sr. presidents do conselho), 404 (idem), 417.

Coelho e Campos, pág. 374 (projeto n. 8 A), 378 (idem). 394 (projeto n. 12 4), 460 (crédito suplementar ao ministério da marinha).

Coelho Rezende, pág. 383, 86 (orçamento da marinha), 477 (crédito suplementar ao ministério da marinha).

Coelho Rodrigues, págs. 22, 86 (força naval).

Costa Aguiar, pág. 291 (orçamento do Império), 331.

Costa Pereira (ministro do Império), pág. 64 (interpelação do Sr. Affonso Celso), 75, 252 (orçamento do Império), 311 (crédito suplementar ao ministério do Império), 377 (projeto n. 8 A), 378 (idem), 449, 468, 470.

Custodio Martins, págs. 23, 109, 254 (orçamento do Império).

Império), 372.

D

Duarte de Azevedo, págs. 190 (resposta à fala do trono), 263, 267, 312 (orçamento do Império).

E

Elpidio Mesquita, págs. 332 (orçamento do Império), 433.

F

Ferreira Vianna (ministro da justiça), págs. 110, 126, 262, 309 (apresentação do projeto sobre repressão da ociosidade).

Freire de Carvalho, pág. 431 (orçamento da marinha).

J

João Alfredo (presidente do conselho), págs. 241 (resposta à fala do trono), 400 (interpelação do Sr. Cesario Alvim), 405 (idem).

João Manoel, pág. 278.

João Penido, págs. 3, 199 (orçamento do Império), 351, 371.

Joaquim Nabuco, págs. 16 (forças de terra), 61 (força naval), 332, 367 (orçamento de estrangeiros), 407 (interpelação do Sr. Cesario Alvim ao Sr. presidente do conselho), 437 (projeto n. 7 A), 471.

Joaquim Pedro, pág. 468.

José Marcellino, págs. 76, 108.

José Pompeu, pág. 57 (força naval), 213, 450 (orçamento da marinha).

Junqueira Ayres, págs. 221 (resposta à fala de trono), 313 (orçamento do Império).

L

Lemos, págs. 329, 472.

Lourenço de Albuquerque, págs. 96 (força naval), 245 (resposta à fala do trono), 264, 413 (projeto n. 7 A), 414 (idem).

M

Mac-Dowel, págs. 35 (força naval), 41 (forças de terra), 385 (orçamento da marinha), 412 (projeto n. 12 A), 432.

Maciel, págs. 178, 215 (resposta à fala do trono), 338 (orçamento de estrangeiros), 467.

Mancio Ribeiro, págs. 25 (força naval), 297 (orçamento do Império).

Mariano da Silva, págs. 151 (orçamento do Império), 391, 441 (projeto n. 7 A).

Matta Machado, págs. 76, 107, 132 (força naval), 162 (orçamento da marinha).

Mattoso Câmara, pág. 159 (orçamento do Império).

O

Oliveira Ribeiro, pág. 195 (orçamento do Império).

Olympio Campos, pág. 378 (projeto n. 8 A).

P

Passos Miranda, págs. 329, 378, 432, 435, 474 (orçamento da marinha).

Paula Primo, págs. 213, 389.

Pedro Beltrão, págs. 7 (força naval), 267 (idem).

Pedro Luiz, págs. 57, 116 (força naval), 339 (crédito suplementar ao ministério do Império), 361 (orçamento de estrangeiros, 363 (idem), 379, 379 (crédito suplementar ao ministério do Império), 443 (projeto n. 7 A)

R

Ratisbona, págs. 76, 121 (força naval), 447.

Rodrigo Silva (ministro da agricultura), págs. 55, 74, 77, 355 (interpelação do Sr. Affonso Penna), 414 (projeto n. 7 A), 435 (idem).

Rodrigo Silva (ministro de estrangeiros) págs. 362 (orçamento de estrangeiros), 363 (idem), 469.

362 (orçamento de estrangeiros), 363 (idem), 469.

Rodrigues Junior, pág. 433.

Rodrigues Peixoto. Págs. 3, 74, 126, 213, 239, 263, 277, 282 (orçamento do Império), 292 (idem), 453 (orçamento da marinha).

Rosa e Silva, págs. 131 (força naval), 351.

S

S. Mascarenhas, pág. 22.

Seve Navarro, pág. 370

Silva Tavares, pág. 470

V

Vieira da Silva (ministério da marinha), pág. 111 (força naval), 422 (orçamento da marinha).

Z

Zama, págs. 4, 128, 176, 178 (resposta à fala do trono), 471.